

III - RELAÇÕES EXTERIORES

Cabo Verde, assumindo-se como país pequeno e pobre largamente dependente do exterior procurou cuidar dos sectores encarregados dos negócios estrangeiros e cooperação tornando-os cada vez mais eficientes e eficazes.

Efectivamente as relações exteriores assumem uma importância já várias vezes sublinhada como factor de paz e progresso do país. Acresce que, em relação aos milhares de cabo-verdianos espalhados pelos diversos países o Governo pretende estabelecer as condições necessárias para fornecer-lhes apoio nos seus locais de residência e o enquadramento devido na nação cabo-verdiana.

Nesse sentido no ano de 1984 prosseguiram-se os esforços tendentes a uma melhor organização desses sectores destacando-se em especial a designação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e a publicação da lei orgânica do Ministério e do decreto-lei que criou o Instituto de Apoio ao Emigrante.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Tendo em conta a situação internacional e como pano de fundo a realidade sócio-económica de Cabo Verde, e conformando-se às orientações superiormente traçadas pelo Partido aquando do II Congresso, o Governo pautou a sua actividade diplomática em busca de um relacionamento internacional favorável às necessidades de desenvolvimento do país que salvaguarde a independência nacional e promova a contínua defesa dos seus interesses a um maior enquadramento das comunidades cabo-verdianas no exterior nas tarefas de Reconstrução Nacional, e reforço da sua capacidade de acção no exterior.

Nessa perspectiva procurou-se melhorar a imagem do país como parceiro útil na busca de soluções para os problemas que afectam o mundo, reforçar e consolidar os laços de amizade e de solidariedade já existentes e diversificar as relações internacionais do nosso Estado. Pode dizer-se que esses objectivos têm sido atingidos positivamente.

.../...

No quadro da nossa acção política e diplomática revestem-se de particular importância o papel de Cabo Verde e do Presidente Aristides Pereira no processo de negociações relativo à África Austral, a participação do Camarada Presidente Aristides Pereira na reunião Cimeira da OUA, bem como a sua mediação no conflito fronteiriço que opõe o Senegal e a Guiné-Bissau e as visitas que efectuou a Finlândia e Suécia. Foram importantes as visitas realizadas pelo Camarada Primeiro Ministro a Cuba, Itália e Áustria.

Relativamente à África Austral, realizaram-se vários encontros em Cabo Verde entre as partes intervenientes no processo, sendo de se destacar a reunião em Mindelo a que estiveram presentes uma delegação da SWAPO, liderada por SAM NUJOMA, e outra sul-africana, sem a presença dos partidos internos da Namíbia. Paralelamente, e convergindo para o mesmo objectivo, outras acções foram levadas a cabo. Delas destacamos pela sua importância, o encontro do Camarada Presidente com o Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuelar, a Cimeira Extraordinária dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, promovida por Cabo Verde e uma intervenção do Camarada Presidente na 19ª Cimeira da OUA.

Ainda no contexto africano, é de se sublinhar a intensa actividade desenvolvida com vista à viabilização da já referida Cimeira da OUA onde se punha ainda a questão da participação da República Saharaoui Democrática. Nesse sentido, o Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros realizou missões de concertação, em nome do Camarada Presidente, junto da Etiópia, Egipto e Nigéria. Outras com a mesma finalidade foram também efectuadas junto da Costa do Marfim, Camarões e Togo. No quadro sub-regional, a visita do Camarada Presidente à Nigéria e a nossa participação nas actividades da CEDEAO e do CILSS vieram na sequência de acções desenvolvidas nos anos anteriores com vista à realização da integração regional.

No que respeita às nossas relações com os países socialistas, elas têm como pano de fundo os laços tradicionais e de amizade estabelecidas durante a fase histórica da nossa luta armada de libertação nacional. Foram efectuadas visitas à RDA, Che

coslováquia e Cuba pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A nossa concepção de relacionamento internacional leva-nos a não abdicar da condição de membros de pleno direito da comunidade internacional e como tal a ter voz activa, na medida das nossas possibilidades, na busca de solução aos principais problemas que afectam a humanidade. Daí que a nossa presença nos diversos foruns internacionais onde esses problemas são tratados, tenha sido uma constante. Assim, participamos em várias reuniões da OUA, da Organização das Nações Unidas, do Movimento dos Não Alinhados e da CEDEAO, bem como nas negociações que conduziram à assinatura da III Convenção ACP-CEE, em Dezembro último.

COOPERAÇÃO

Em 1984 a atenção do mundo esteve virada para a África onde a persistência da seca, aliada à continuação da crise económica por um lado e de conflitos armados por outro, está na origem duma situação que fere a nossa consciência humana.

O nosso continente foi objecto de um grande movimento de solidariedade internacional ao qual, podemos dizer, não se excluem, motivações de ordem política e ideológica.

O nosso país, que foi classificado no grupo dos 20 países mais afectados do continente, foi citado como um exemplo que sempre privilegiou as medidas estruturais a médio e longo prazo em detrimento de medidas de urgência, já que, estas últimas, são necessárias em casos como o das chuvas torrenciais que assolaram o nosso país nos dias 17 e 18 de Setembro, perpetuam as relações de dependência em relação aos doadores.

É assim que em 1984 continuámos a orientar a nossa política de cooperação para uma melhor previsibilidade e programação das nossas relações com os nossos parceiros de desenvolvimento, merecendo particular destaque a programação da ajuda alimentar que permitiu garantir um abastecimento regular do país em bens de primeira necessidade e realizar uma economia importante de divisas.

O financiamento dos programas e projectos inscritos do 1º. Plano Nacional de Desenvolvimento continuou a ser um dos objectivos importantes da nossa política de cooperação. A existência de um quadro de referência constituído pelo Plano, tem facilitado grandemente o diálogo com os nossos parceiros e a aplicação da nossa política de independência de pensamento e de acção nas relações internacionais.

A diversificação dos nossos parceiros como factor de redução da nossa dependência em relação a um ou outro país foi sempre uma vertente importante da nossa política de cooperação.

Em 1984 abriram-se novos horizontes para a consolidação e o aprofundamento das nossas relações de cooperação com países como Áustria, Espanha, Finlândia, Itália, Noruega e Suíça no quadro de uma estratégia adoptada pelo Governo.

Paralelamente, continuámos a participar activamente nas principais reuniões internacionais de interesse directo para o nosso país e para o nosso Continente.

O diálogo Norte-Sul, apontado como uma das condicionantes do desenvolvimento do 3º Mundo, não mereceu em 1984 a atenção do mundo industrializado, mais preocupado em enfrentar as consequências, nos seus países, da reestruturação do seu aparelho produtivo, ditada pela introdução de novas tecnologias e pelas incompatibilidades das políticas monetária e comercial vigentes.

Uma excepção à regra, foram a Conferência do Conselho da Europa, de Lisboa e as negociações para a renovação da Convenção de Lomé entre a CEE e os países ACP, a qual constitui um quadro institucionalizado de relacionamento entre a Europa "dos 10" e os países de África, das Caraíbas e do Pacífico. Para Cabo Verde, a adesão à Convenção de Lomé, além de permitir a garantia de meios financeiros necessários ao desenvolvimento, é um acto de solidariedade e de participação na luta para instauração de uma ordem económica, política, social e cultural mais justa num mundo dominado pelos egoísmos nacionais.

.../...